



REQUERIMENTO Nº , DE 2026

(Do Sr. Evair Vieira de Melo)

Requer a realização de Audiência Pública para debater os impactos diplomáticos, econômicos e estratégicos da proposta dos Estados Unidos de impor tarifas adicionais sobre produtos brasileiros, bem como os desdobramentos internacionais do reconhecimento de facções criminosas brasileiras em listas associadas ao terrorismo e ao crime organizado transnacional.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com fundamento no art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de Audiência Pública para debater os impactos da proposta do Governo dos Estados Unidos da América de impor tarifas adicionais de 25% sobre produtos brasileiros, bem como os desdobramentos diplomáticos, econômicos e estratégicos da medida para o Brasil.

Sugiro que sejam convidadas, na oportunidade, as seguintes autoridades e especialistas:

1. *Ministro de Estado das Relações Exteriores;*
2. *Ministro do Fazenda;*
3. *Presidente da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos – ApexBrasil;*
4. *Presidente da Confederação da Agricultura e*





Pecuária do Brasil - CNA;

5. *Presidente da Confederação Nacional da Indústria - CNI;*

6. *Representante do Banco Central;*

JUSTIFICAÇÃO

O Governo dos Estados Unidos da América anunciou¹ a abertura de procedimento comercial que poderá culminar na imposição de tarifas adicionais de 25% sobre produtos brasileiros exportados ao mercado norte-americano, em medida fundamentada na Seção 301 da legislação comercial americana, instrumento historicamente utilizado em disputas comerciais estratégicas.

A iniciativa acende grave alerta sobre a condução das relações diplomáticas e comerciais entre Brasil e Estados Unidos, especialmente diante do potencial impacto sobre setores essenciais da economia nacional, como o agronegócio, a indústria de transformação, o setor mineral, a cadeia aeronáutica, o comércio exterior e os segmentos exportadores vinculados à geração de emprego e renda.

Embora determinados produtos tenham sido inicialmente excluídos da proposta tarifária, permanece elevado o grau de insegurança jurídica e econômica quanto aos desdobramentos futuros da medida, sobretudo considerando que o procedimento ainda se encontra em fase de consulta pública perante o Escritório do Representante de Comércio dos Estados Unidos (USTR), podendo resultar em ampliação das sanções comerciais ou endurecimento das restrições.

A situação revela preocupação ainda maior diante do fato

¹ <https://g1.globo.com/economia/noticia/2026/06/02/tarifas-de-25percent-sobre-mercadorias-brasileiras-quais-os-proximos-passos-e-prazos-da-decisao-americana.ghtml>





de que o Brasil possui nos Estados Unidos um de seus principais parceiros comerciais estratégicos, responsável por significativa parcela das exportações nacionais de produtos industrializados e agropecuários. Eventual deterioração das relações comerciais bilaterais poderá gerar efeitos severos sobre a competitividade brasileira, investimentos estrangeiros, cadeias produtivas e estabilidade econômica de diversos setores.

As preocupações se tornam ainda mais relevantes diante do contexto geopolítico e institucional atualmente observado nas relações entre Brasil e Estados Unidos. O procedimento instaurado pelas autoridades americanas menciona preocupações relacionadas ao ambiente regulatório brasileiro, barreiras comerciais, proteção à propriedade intelectual, segurança jurídica, políticas ambientais, decisões envolvendo plataformas digitais e outros fatores considerados sensíveis pelas autoridades norte-americanas. Trata-se, portanto, de questão que ultrapassa a mera esfera econômica, alcançando diretamente temas ligados à política externa, credibilidade institucional, estabilidade regulatória e defesa dos interesses estratégicos nacionais.

Ademais, o recente reconhecimento², por parte do Governo dos Estados Unidos da América, de facções criminosas brasileiras como o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV) em listas associadas ao terrorismo e ao crime organizado transnacional agrava ainda mais o cenário de tensão diplomática e estratégica nas relações bilaterais entre os dois países. Tal medida possui potencial de gerar relevantes repercussões econômicas, financeiras, comerciais e reputacionais para o Brasil no cenário internacional, inclusive quanto à percepção de risco institucional, cooperação internacional em segurança pública, fluxos de investimentos estrangeiros e mecanismos de compliance adotados por instituições financeiras e empresas

² <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/sobre-pcc-e-cv-porta-voz-dos-eua-diz-que-trump-quer-eliminar-grupos/>





internacionais.

A classificação dessas organizações criminosas em categorias associadas ao terrorismo internacional também suscita preocupação quanto aos possíveis efeitos sobre empresas brasileiras, operações financeiras internacionais, acordos de cooperação e mecanismos multilaterais de combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento de organizações criminosas. Além disso, o episódio reforça a necessidade de o Parlamento brasileiro acompanhar de forma rigorosa os impactos diplomáticos e econômicos decorrentes da crescente percepção internacional acerca da atuação do crime organizado no Brasil.

Nesse contexto, compete à Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional promover amplo debate institucional acerca das consequências diplomáticas, econômicas, comerciais e geopolíticas desses episódios, permitindo ao Parlamento brasileiro exercer seu dever constitucional de fiscalização e acompanhamento da política externa nacional, bem como avaliar os reflexos dessas medidas sobre a soberania nacional, a imagem internacional do Brasil, a segurança jurídica e a competitividade da economia brasileira.

A audiência pública permitirá esclarecer quais medidas diplomáticas estão sendo adotadas pelo Governo Federal para evitar a imposição das tarifas; quais setores econômicos poderão ser mais atingidos pelas medidas comerciais americanas; quais impactos poderão surgir para o agronegócio, a indústria e os exportadores brasileiros; quais estratégias o Brasil pretende utilizar para evitar o agravamento do contencioso comercial; quais consequências poderão decorrer da classificação de facções criminosas brasileiras em listas associadas ao terrorismo; e quais impactos essas medidas podem gerar para a política externa, segurança pública, sistema financeiro e imagem internacional do Brasil.

Diante da relevância, gravidade e urgência do tema,





CÂMARA DOS DEPUTADOS

solicitamos o apoio dos nobres pares para aprovação do presente requerimento.

Sala das Sessões, em de de 2026

DEPUTADO Evair Vieira de Melo

Apresentação: 08/06/2026 15:26:08.430 - CREDN

REQ n.78/2026



* CD 266072003100 *